

O ESTADO DE S. PAULO

General Internacional

DOMINGO, 30 DE JULHO DE 2000

Gildo Lima/AE



Sem cuidados

Falta de remédios e de orientação agrava casos de hipertensão. Pág. 16

Venezuela vota hoje

O presidente Hugo Chávez é o favorito nas eleições gerais. Pág. 20



A

As organizações não-governamentais multiplicam-se e ganham poder no País. São financiadas, em grande parte, por grupos

estrangeiros e, segundo o Banco do Brasil, receberam em 1999 pelo menos US\$ 511 milhões a título de doação. Não se sabe exatamente quantas

existem nem como atuam, pois não são fiscalizadas. Logo após o recesso parlamentar, deve ser apresentada proposta de CPI das ONGs no Senado.

Como saber qual ONG atua de que forma? Para responder a essa pergunta, o Estado inicia hoje uma série de reportagens sobre o terceiro setor

ONGs, sem controle, ganham poder no País

Fonte	AMBIENTAL
Data	30/7/2000
Class.	16
Documentação	06517
	Pg. A13 - 15

MARTA AVANCINI

Uma organização não-governamental ocupou, aos poucos, vários lotes de terra em Roraima, que somam uma área maior do que a da Bélgica. O episódio virou objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembléia Legislativa e os deputados concluíram que houve irregularidades no processo. Agora, o Estado estuda meios de recuperá-la.

Essa história remete a uma discussão premente: o crescimento do terceiro setor e a necessidade de criar mecanismos para fiscalizar sua atuação. O debate mobiliza governo, políticos, estudiosos e os próprios integrantes das entidades. O Ministério da Defesa preocupa-se com as ONGs na Região Norte, temendo que estejam a serviço de grupos e governos que defendem a internacionalização da Amazônia.

Com receios semelhantes, deputados e senadores da região mobilizam-se para levar a questão ao Congresso. Logo após o recesso, deverá ser pedida no Senado abertura de CPI das ONGs. Deputados federais, por sua vez, investigam desde maio processos de aquisição

de 12 grandes áreas na Amazônia, inclusive a de Roraima.

As próprias entidades mostram-se insatisfeitas com a situação. Defendem critérios claros para a distribuição de recursos. "É necessário criar um marco legal para separar o joio do trigo", diz o presidente da Associação Brasileira de ONGs (Abong), Sérgio Haddad. "É estabelecer novo modelo de relacionamento com o Estado."

Recursos - A Abong tem 250 associados, mas há quem fale na existência de 500 mil ONGs no País. Não só o número é desconhecido. Ninguém sabe ao certo qual é o volume de recursos movimentado pelas ONGs.

Na avaliação da Abong a principal fonte está no exterior. Cerca de 80% do dinheiro viria de outros países. Em geral, de agências bilaterais ou multilaterais de financiamento ou governos, sobretudo europeus. "Nos países do Primeiro Mundo recomenda-se que 0,7% do PIB seja destinado à cooperação internacional", diz Haddad. Boa parte desses recursos é de fundos públicos.

Muitas transações nem passam por órgãos governamentais - são feitas diretamente entre ONGs parceiras. Esse mecanismo é comum e visa evitar a burocracia para liberar os recursos, conforme explica o economista Ricardo Falcão, consultor na área de financiamentos internacionais.

As transações geralmente são acompanhadas pelo governo, via Banco Central, pois o dinheiro entra no País como doação. Em 1999, entraram cerca de US\$ 511 milhões, a título de doação, mas essa rubrica inclui todos os tipos - as que vão para igrejas e as que financiam projetos de ONGs. Há ainda cerca de US\$ 70 milhões ao ano vindos das agências internacionais de financiamento.

O montante de recursos internacionais que chega às ONGs é provavelmente muito maior. O Banco Mundial estima que 10% dos US\$ 700 milhões que ele destina por ano ao Brasil vão para projetos de ONGs, quando o governo contrata as entidades para executar programas. Nada disso impede a criação de mecanismos de controle,

como diz a antropóloga Iara Pietricovsky, diretora do Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos (Inesc), uma organização não-governamental com sede em Brasília. "Todo o dinheiro utilizado pelas ONGs é público, seja ele de origem religiosa ou de governos europeus."

O grande desafio é como fiscalizar o terceiro setor sem ferir sua liberdade de ação - afinal, ele é composto por entidades de direito privado - e sem criar uma estrutura que tolha suas qualidades: a agilidade e a simplicidade. "Já é hora de exigir um mínimo de prestação de contas de quem usa dinheiro público, mas o controle deve ser feito com cuidado para evitar que a burocracia elimine o que as ONGs têm de melhor", diz o economista e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), José Pastore.

Outra dificuldade é de ordem jurídica. O termo terceiro setor é, na realidade, uma espécie de guarda-chuva que abarca entidades com características e finalidades tão diversas quanto fundações empresariais, santas casas, escolas particulares, clubes de futebol e as ONGs, um dos braços do terceiro setor. Refere-se, em suma, às entidades privadas sem fins lucrativos que realizam atividades voltadas para o bem público.



LÍDER DE ASSOCIAÇÃO DEFENDE CRITÉRIOS

INSTITUTO
 AMBIENTAL
Documentação
 Fonte: OESP
 Data: 30/7/2000 Pg. 113
 Class.: 96

O TERCEIRO SETOR NO BRASIL (*)



*em 1995 **em relação à população ativa

Fonte: Iser

Programa Calha Norte recebe R\$ 25 milhões

Projeto é visto como meio de fazer frente à presença de ONGs na Amazônia

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – Os apelos feitos pelo Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, para que fossem destinados mais recursos para o Programa Calha Norte, que tem como objetivo a ocupação da Amazônia, já apresentaram resultados. Cerca de R\$ 25 milhões serão designados até o fim do ano para o projeto. Trata-se de um valor muito superior ao “ridículo” R\$ 1 milhão do ano passado, conforme classificação do próprio Quintão, ou aos R\$ 3,5 milhões previstos no orçamento inicial deste ano.

Preocupados com a atuação crescente de organizações não-governamentais na Amazônia, o ministro e os comandantes da região defendem a presença dos militares para contrabalançar a influência do terceiro setor. Os militares desconfiam que as intenções das ONGs nem sempre são as melhores.

Com a liberação dos recursos, uma das obras prioritárias do programa será a construção de um novo quartel para o pelotão de fronteira, em Uiramutã, Roraima, região onde há litígio ente a Venezuela e a Guiana. Está prevista ainda para este ano a conclusão do quartel de Pari-Cachoeira, no Amazonas. Em uma segunda etapa, a partir do próximo ano, a expectativa é de que entrem em operação os quartéis de Vila Brasil, no Amapá; Tiriós, no Pará; Tunuí, no Amazonas, e Ericó, em Roraima.

Mas os recursos não se destinam apenas a unidades militares. Cerca de R\$ 3 milhões serão gastos em 29 convênios assinados com 18 municípios, considerados os mais carentes na região abrangida pelo Calha Norte. Dez deles ficam no Amazonas, cinco em Roraima, dois no Pará e um no Amapá.

De acordo com os projetos feitos até agora serão construídos 40 postos de saúde, oito escolas, dois sistemas de eletrificação rural, dez sistemas de abastecimento de água, duas obras de contenção de erosão e quatro cais fluviais. Está prevista ainda a liberação de R\$ 5 milhões para o início das obras do porto fluvial de Camanaus, às margens do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira (AM).

Índios – Um conjunto de obras de infra-estrutura nas terras indígenas (ianomâmi) de Maturacá (AM) também deverá ser impulsionado com as verbas do Calha Norte. Os índios serão contemplados com pontes, caixas d’água e poços artesianos. Deverão receber ainda um trator com reboque e gerador.

Já estão garantidos recursos também para o início da construção de uma pequena central hidrelétrica em Pari Cachoeira e a conservação da BR-307, que liga São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, ambas no Amazonas.

Todos os projetos que serão executados este ano foram fruto de um acordo entre o Ministério da Defesa e representantes dos governos estadual, municipal e federal,

que durante três dias, no mês de maio, discutiram as necessidades das comunidades da região. Nos encontros, constatou-se que os militares ainda têm dificuldade para convencer os demais ministérios de que o Calha Norte não é um projeto das Forças Armadas, mas do governo federal.

O ministro Quintão não se cansa de defender um amplo entendimento entre as áreas de meio ambiente, transportes, turismo, energia, para dar maior velocidade ao andamento aos programas.

O projeto Sivam, de instalação de radares para a vigilância dos céus da Amazônia, que deverá estar concluído em dois anos, também é considerado fundamental para a região na opinião do ministro. Ele poderá ajudar a proteger o País contra o narcotráfico.



PLANO
ABRANGE
FRONTEIRA E
ÁREA SOCIAL

Documentação

MEIO AMBIENTAL

Fonte: O ESP

Data: 30/07/2000 Pg. A14

Class.: 96

Secretária defende ação na Amazônia

*Para Mary Allegretti,
por serem nacionais,
ONGs não agiriam
contra interesse do País*

MARTA AVANCINI

A presença das ONGs na Amazônia é um falso problema, na opinião da secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Allegretti. "Não existem ONGs estrangeiras no Brasil, todas são entidades nacionais", diz ela. Portanto, seguindo sua linha de raciocínio, elas operam segundo os padrões legais brasileiros, o que dificulta a realização de atividades contrárias aos interesses nacionais.

A secretária admite que as entidades podem cometer irregularidades, mas ressalta que esse risco é igual ao das madeiras estrangeiras, que também estão na Amazônia. "Há anos empresas estrangeiras atuam na Amazônia e desrespeitam a lei, e ninguém está pensando em fazer CPI por isso", diz ela, referindo-se à proposta de abertura de uma investigação para apurar o trabalho das ONGs no Norte do País defendida por senadores da região, especialmente de Roraima.

O Ministério do Meio Ambiente mantém diversos programas em parceria com entidades não-governamentais na Amazônia. Os resul-



Mary Allegretti considera resultados positivos

tados são positivos, na avaliação da secretária.

"Paranóia" – Além da eficiência, as ONGs teriam desempenhado um papel importante no fomento à organização das comunidades que vivem na região. "O fortalecimento da sociedade civil é importante para o processo de democratização porque gera a capacidade de questionamento e de reação."

Para trabalhar em parceria com o ministério, uma ONG tem de ter no mínimo dois anos de existência e apresentar um projeto que passa por uma avaliação técnica, destinada a verificar a compatibilidade da proposta com

a missão da entidade.

O coronel Geraldo Cavagnari, pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas (Unicamp) classifica como "paranóia" o temor de internacionalização da Amazônia, existente entre alguns segmentos das Forças Armadas.

Trata-se, no entanto, de uma paranóia positiva, porque deixa o go-

verno em estado de alerta contra o que considera as reais ameaças: o narcotráfico e as guerrilhas. Ele ressalta que os traficantes internacionais de droga usam a Amazônia como corredor de exportação e não descarta a hipótese de guerrilheiros sul-americanos utilizarem a floresta como base de operações no futuro. Quanto à presença das ONGs no Norte, fato que o coronel considera uma realidade, ele levanta apenas uma restrição. "Há entidades religiosas que estão descaracterizando culturas indígenas", diz Cavagnari.

Outra idéia contestada pelo pesquisador é a de que a Amazônia é desocupada. "As Forças Armadas e a Igreja têm uma tradição de presença na Amazônia desde o período colonial."

PARCERIA
EXIGE
EXPERIÊNCIA
E AVALIAÇÃO

Políticas para a região são o alvo de organizações

Membros apóiam-se em estudos e pesquisas para tentar interferir nas propostas públicas

Interferir nas políticas públicas para a região amazônica é o objetivo de boa parte das ONGs que atuam na região. Um exemplo é o Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam), que realizou estudos para avaliar o impacto do programa Acelera Brasil, do governo federal.

O programa prevê, entre outras coisas, a ampliação da malha viária na região. "Abrir estradas é necessário e é bom, mas é preciso fazer isso do modo correto para evitar danos ao meio ambiente", explica a bióloga Ana Cristina Barros, diretora-executiva do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam), ONG de Belém. A entidade surgiu há cinco anos e resulta de projetos que já estavam sendo realizados por seus membros na universidade e na Embrapa.

Além da proliferação do desmatamento, um dos riscos da abertura indiscriminada de estradas é o aumento da incidência de incêndios. "Historicamente, na região amazônica, o desmatamento para uso improdutivo da terra ocorre às margens das estradas", afirma Ana Cristina. Já os incêndios, continua ela, podem ser uma consequência da abertura de uma rodovia sobre um terreno inadequado para essa finalidade.

Para fazer face às políticas consideradas inadequadas, as análises e conclusões são sustentadas por estudos e pesquisas, em geral envolvendo os habitantes da região. Essa é uma conduta comumente adotada pelas ONGs para garantir a consistência de sua interferência - nem sempre bem-sucedida. Para ganhar mais força, porém, as entidades costumam reunir-se em grupos quando há uma questão que envolve um interesse comum aos habitantes da região.

Dinheiro de fora - Geralmente, esse tipo de ONG costuma trabalhar com recursos externos, como é o caso do Ipam. O instituto conta com uma equipe de 40 pesquisadores, mas a folha de pagamento totaliza 110 pessoas, incluindo os técnicos. O dinheiro é oriundo de fundos privados da Suécia e Grã-Bretanha, entre outros países.

Governo de Roraima e entidade disputam área

Deputados criticam aquisição, pela Associação Amazônia, de benfeitorias em glebas

O controle de uma área de 172 mil hectares, na região do Rio Jauaperi, sul de Roraima, está sendo disputado entre o governo do Estado e uma organização não-governamental que atua na região, a Associação Amazônia. A entidade adquiriu, ao longo de anos, as benfeitorias feitas em 11 glebas naquela região - ou seja, as terras pertencem ao Estado, mas, por meio da compra, todas as obras de infraestrutura realizadas nos lotes passariam a ser propriedade da associação, que teria o direito de usar a estrutura existente no local segundo seu interesse.

No entanto, uma série de denúncias de irregularidades nas transações, além da suspeita de que a Associação Amazônia estaria pirateando os recursos naturais da região, levaram os deputados estaduais a realizar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o que de fato ocorreu. No fim dos trabalhos, em outubro do ano passado, os deputados verificaram problemas nas aquisições, como o fato de os registros de compra terem sido feitos em cartórios no Estado do Amazonas, e não em Roraima, o que é irregular.

O relatório enfatiza que os "recursos financeiros aplicados pela Associação Amazônia não têm origem clara" e que a maioria dos dirigentes da entidade é formada por estrangeiros. Também indica que os recursos que

sustentam a entidade vêm, principalmente do exterior, de países como a Itália e a Holanda. "Acredito que eles estão tentando ocupar uma área para explorar as riquezas que existem no local", diz o deputado Mecias de Jesus (PSL), que presidiu as investigações.

DENÚNCIAS LEVARAM À CRIAÇÃO DE CPI NO ESTADO

Alguns projetos nessa linha já existem na região e são coordenados pela própria Associação Amazônia, em parceria com universidades e órgãos ligados ao governo, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Equilíbrio - Segundo Daniel Garibotti, vice-presidente da associação, a compra das benfeitorias permitiria ampliar e consor-

Esse fato, na opinião de Ana Cristina, não implica uma interferência internacional nas políticas nacionais. "Quem financia os grandes projetos brasileiros não é o capital nacional, mas o estrangeiro", conclui ela, referindo-se aos projetos que visam melhorar a infra-estrutura, bancados sobretudo pelo Banco Mundial. (M.A.)

Documentação

Fonte: OESP

Data: 20/07/2000 Pg: A14

Class.: 96

ESTADO DE S. PAULO - A15

GERAL

CIDADANIA

DOMINGO, 30 DE JULHO DE 2000

Recursos externos custeiam projetos em cidades

Favela paulistana, por exemplo, tem centros de juventude bancados por entidade britânica

MARTA AVANCINI

Os investimentos estrangeiros em projetos sociais não chegam apenas à Amazônia. Eles também podem ser localizados com relativa facilidade nas grandes cidades. Na Favela Heliópolis, zona sul de São Paulo, cerca de mil crianças e jovens passam parte de seus dias em centros de juventude cujos prédios foram reformados com recursos obtidos junto a uma entidade britânica, a Actionaid.

Os centros são espaços onde eles realizam atividades educativas e de lazer, além de receber um reforço alimentar nos períodos em que não estão na escola. Parte do material utilizado pelas crianças também foi comprado com dinheiro do exterior.

Mas os investimentos da ONGs na favela vão além de obras de infra-estrutura. Parte dos R\$ 88 mil que a Actionaid aplicou em Heliópolis, foram utilizados para fortalecer a comunidade, conforme explica o diretor de projetos da União dos Núcleos e Sociedades de Heliópolis e São João Climaco (Unas), José Geraldo de Paula Pinto. Ele refere-se particularmente à compra de equipamentos e de materiais para a União, uma espécie de associação de todas as entidades que representam os moradores do local.

Esse tipo de ação corresponde a uma linha de atuação bastante comum entre as ONGs, independentemente de serem nacionais ou estrangeiras: o fortalecimento das entidades que representam segmentos da sociedade. O objetivo final é tornar as pessoas que vivem em uma dada comunidade capazes de propor, discutir e implantar políticas públicas que melhorem sua qualidade de vida.

As entidades que recebem os

recursos são tratadas como parceiras, explica a coordenadora da Actionaid no Brasil, Ana Toni. No entanto, não é qualquer entidade que recebe o dinheiro. "É preciso ter uma história dentro da região", esclarece Ana. Desde janeiro de 99, quando entrou no País, a Actionaid pôs em andamento sete projetos e participou de duas campanhas. Este ano, a entidade conta com uma dotação de R\$ 2 milhões, o dobro do ano passado.

Esse tipo de parceria é considerada produtiva pelo coordenador de projetos da Unas, que critica as entidades que vão à favela com projetos fechados. "Muitas ONGs chegam aqui e nos tratam como se não soubéssemos nada", diz Paula Pinto. Dentro dessa lógica, as entidades vão a campo com equipas próprias, impossibilitando a participação da comunidade.

"Elas não aproveitam o nosso conhecimento e não treinam as pessoas que vivem aqui para que elas aprendam como a para melhorar suas vidas", complementa. "Não queremos receber doações, mas ter a liberdade de decidir como aplicar os recursos."

Esse tipo de proposta acaba recusada pela Unas, que prefere apostar em outras atividades. Um exemplo é o projeto que a Actionaid e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), de São Paulo, vão realizar em Heliópolis. Segundo Paula Pinto, as duas ONGs, em conjunto com a Unas, treinarão os moradores para desenvolver trabalhos educacionais.

Apesar dessas iniciativas e de as lideranças comunitárias de Heliópolis contarem com R\$ 55 mil por mês para projetos sociais, ainda há muito o que fazer para melhorar as condições de vida, analisa Paula Pinto. Os centros de juventude, por exemplo, atendem a mil crianças e adolescentes, mas a população nessas faixas etárias chega perto de 40 mil. Quando não está na escola, boa parte deles passa o tempo livre nas ruas.



ACTIONAID
MANTÉM SETE
PROJETOS NO
PAÍS

Novo papel do Estado ajuda a explicar crescimento do setor

Instâncias governamentais passam a ser parceiras da sociedade civil

A mudança do papel do Estado, acentuada na década de 90, é um dos motivos que explicam o crescimento da presença das ONGs na sociedade. "O terceiro setor está aumentando significativamente de tamanho e de importância porque o Estado não é mais capaz de resolver sozinho todos os problemas", observa o economista Lester Salamon, diretor do Centro de Estudos da Sociedade Civil da Johns Hopkins University, nos Estados Unidos.

Sob essa perspectiva, o Estado deixa de ser o único agente implantador de políticas sociais, passando a trabalhar em parceria com a sociedade civil. As ONGs, fundações empresariais e entida-

des assistenciais começam a ganhar terreno, seja para realizar suas propostas - usando financiamento público ou privado de origem nacional e internacional -, seja para executar programas coordenados pelo governo.

Esse processo não se limita ao Brasil. Recentemente, Salamon coordenou uma pesquisa sobre o terceiro setor em 22 países, incluindo o Brasil. Considerando as nações pesquisadas, o segmento consiste em uma indústria de US\$ 1,1 trilhão que emprega 19 milhões de pessoas, sem contar os voluntários. "Se fosse um país, seria a oitava economia do mundo", diz ele.

Os dados brasileiros também impressionam pela magnitude.

Em 1995, ano-base do levantamento nacional, o setor não-lucrativo movimentou perto de US\$ 10,6 bilhões, ou cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). A oferta de emprego neste segmento também tende a crescer mais do que em outras áreas: entre 1991 e 1995, o aumento foi de 44%, contra 20% na economia brasileira como um todo. "A tendência é de que o terceiro setor fique cada vez mais forte", afirma a economista Neide Beres, que trabalhou no estudo coordenado pela antropóloga Leilah Landim.

Na avaliação dela, o processo de crescimento do terceiro setor ainda é incipiente. Enquanto em países como a Holanda o setor não-lucrativo emprega

12,5% da população em idade ativa, no Brasil são apenas 2,2% - taxa inferior à de nações latino-americanas como a Argentina (3,7%) e o Peru (2,4%).

Outro fator fundamental pa-

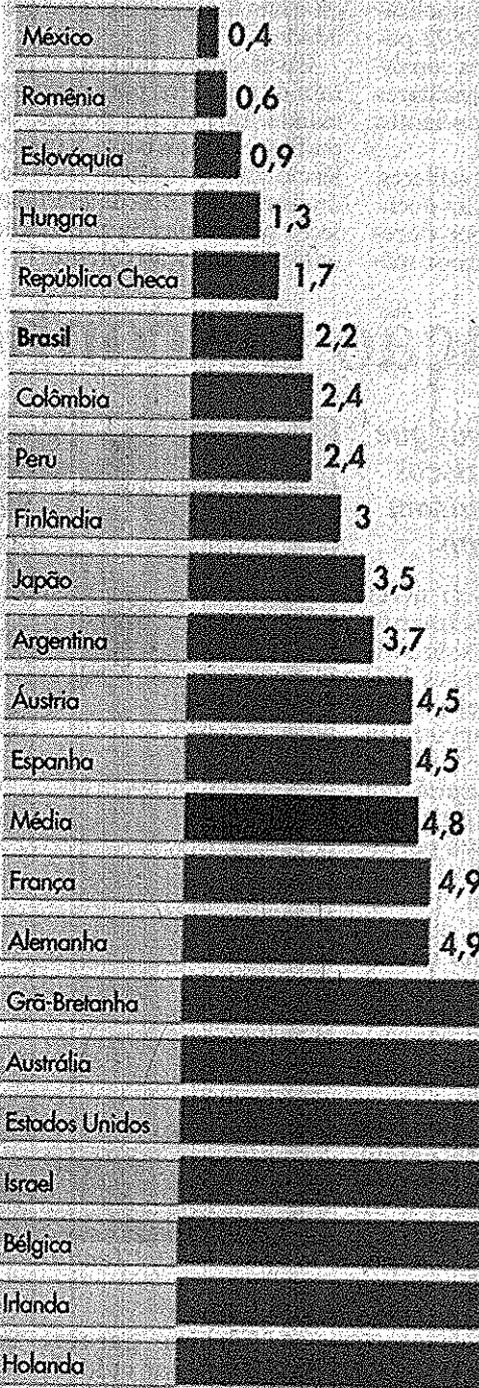
ra compreender o fortalecimento do terceiro setor é o processo de democratização do Brasil. Num estudo intitulado *Notas para um Perfil das ONGs*, Leilah Landim afirma que tais entidades "constroem-se e se consolidam na medida em que se constroem e se fortalece um amplo e diversificado campo de associações civis". Este movimento, iniciado no fim dos anos 70, "caminha em progressão geométrica nas décadas de 80 e 90", conclui.

A afirmação sustenta-se nos registros de associadas à Abong: 60% de 145 entidades pesquisadas foram fundadas após 1985, contra 21% na década de 70. (M.A.)

SEGMENTO
MOVIMENTOU
1,5% DO PIB
EM 1995

PERFIL DO TERCEIRO SETOR

População ocupada no terceiro setor em relação ao total (por país)

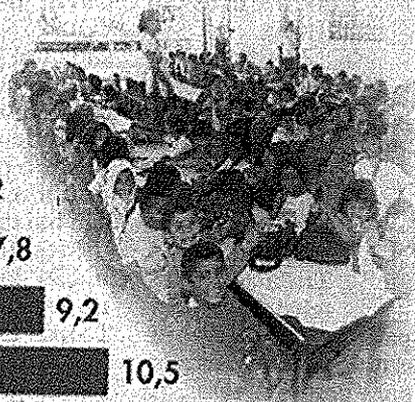


Pessoal ocupado por área de atividade

Tipo	Número	%
Cultura	175.540	15,7
Educação e pesquisa	381.098	34
Saúde	184.040	16,4
Assistência social	169.663	15,2
Ambientalismo	2.499	0,2
Desenvolvimento e defesa dos direitos	13.721	1,2
Religião	93.769	8,4
Associações profissionais	99.203	8,9

Evolução e comparação com setor lucrativo

Ano	População total ocupada	População ocupada - setor não-lucrativo
1991	55.293.316	775.384
1995	66.277.014	1.119.533
Crescimento	19,8%	44,3%



ArEstado/lusig

Fonte: "As Organizações sem Fins Lucrativos no Brasil - Ocupações, Despesas e Recursos", Iser/The Johns Hopkins University - Institute for Policy Studies

Remessas diretas são recurso para driblar burocracia

*Transferindo dinheiro
dessa forma, agentes
externos obtêm maior
eficiência na aplicação*

Os financiadores estrangeiros preferem fazer transferências diretas para as ONGs, a fim de contornar a burocracia das operações de que os governos participam. Por vezes, a estratégia é adotada para burlar eventuais impedimentos. Foi a estratégia usada pela Usaid, no início dos anos 90, quando os Estados Unidos interromperam o repasse de recursos para o Brasil por causa do atraso dos pagamentos da dívida externa.

Outro fator favorável às ONGs é a eficiência, avaliam as agências. "Além da burocracia e da impossibilidade de enviar recursos para o governo, naquela época muitas ONGs eram mais capacitadas do que o governo para executar determinados projetos", diz Janice Weber, diretora da Usaid no Brasil. Desde então, 60% dos US\$ 15 milhões que os Estados Unidos colocam no Brasil por ano correspondem a remessas diretas. "É mais ágil e as ONGs estão mais perto da realidade."

A União Européia adota a mesma estratégia. Todos os anos, os países-membros colocam no Brasil pelo menos US\$ 20 milhões por meio dos chamados programas de co-financiamento, nos quais os recursos são canalizados diretamente para as ONGs, mediante um acordo no qual elas se comprometem a entrar com parte do dinheiro para os projetos. Na maior parte das vezes, porém, os países europeus financiam tudo.

Agilidade – A justificativa para os repasses diretos, segundo a primeira conselheira da Comissão Européia no Brasil, Maria Helena Neves, é a mesma da dos americanos: eficiência e agilidade. Ela diz que, quando o dinheiro provém de fundos públicos, são firmados acordos para financiamento de projetos de entidades, o chamado "dinheiro carimbado".

O Banco Mundial (Bird) possui uma linha de financiamento direto para ONGs, denominada Small Grants Program, que no Brasil recebeu o nome de Fundo de Apoio a Parcerias, em caráter experimental. O objetivo é estimular as atividades das entidades em conjunto com governos municipais e regionais, garantindo o suporte financeiro. No Brasil, nos últimos dois anos, o Bird financiou 21 projetos, um investimento estimado em US\$ 130 mil ao ano.

Neste ano, foram aprovadas 13 propostas de 429 solicitações. Juntas, receberão US\$ 70 mil – ou US\$ 5 mil cada. "Muitas das propostas que recebemos são inovadoras numa perspectiva de colaboração com governos em nível local e regional", diz John Garrison, oficial de Relação com a Sociedade Civil do Bird no Brasil.

Enquanto as organizações têm de prestar contas do dinheiro a seus financiadores, o Banco Central, principal canal de entrada dos recursos estrangeiros, faz um acompanhamento apenas por meio de CGC ou CPF. Segundo um técnico do banco, não se faz nenhuma distinção do destino dos recursos por tipo de entidade. Assim, o item "doações" agrupa recursos remetidos para igrejas, entidades humanitárias e educacionais, além de doações de particulares. Podem ser até de pais para filhos. O técnico explicou ainda que o BC só verifica a legalidade da operação do ponto de vista cambial, ou seja, do ingresso e venda de moeda estrangeira em uma instituição financeira com conseqüente registro. "Verificar se a destinação dos recursos seguiu o propósito da remessa não é competência do Banco Central", alegou o técnico. (Marta Avancini e Tânia Monteiro)

LEIA AMANHÃ

Casos de ONGs que foram
avaliadas pelo TCU